



**UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA  
DE TRÊS CONTRIBUIÇÕES  
DO LIVRO *A EXPERIÊNCIA DO TEMPO***

**Mateus Henrique de Faria Pereira\***  
**Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP**  
[matteuspereira@gmail.com](mailto:matteuspereira@gmail.com)

[...] historiador deve transportar-se, em imaginação, para um momento do passado em que o futuro era ainda incerto, indeterminado, aberto, devido à ignorância do que viria depois. Para os homens do passado, o passado tinha um futuro [...]. Se levarmos até as últimas conseqüências essa idéia de indeterminação do futuro no passado, atingiremos a idéia, mais importante ainda das promessas não cumpridas do passado.<sup>1</sup>

**Paul Ricoeur**

A epígrafe acima evidencia que os homens do passado tinham projetos, sonhos e expectativas. O passado é também o que não pôde ser feito. Tendo em vista essas considerações, surge uma pergunta: quais foram os projetos não-realizados pela Independência? O que nos movimenta a levantar essa questão é a leitura do livro *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, no qual Valdeci Lopes de Araujo, professor da Universidade Federal de Ouro

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), onde também se graduou em História. Professor do curso de graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

<sup>1</sup> RICOEUR, Paul. *O Passado tinha um futuro*. In: MORIN, Edgar. (Org.). *Religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 377.

Preto (UFOP), procura pensar as inter-relações entre o acontecimento *Independência* e a formação do conceito moderno de história no Brasil, a partir das formas de lidar com o tempo, produzidas pelos intelectuais do mundo luso-brasileiro.<sup>2</sup>

Para dar conta dessa empreitada, o livro apresenta uma arquitetura bastante sólida e, ao mesmo tempo, ousada. A primeira parte, “A História do Sistema”, é dividida em dois capítulos: o tempo como repetição e o tempo como problema. A segunda parte, “O Sistema da História”, apresenta um excuro sobre História e descontinuidade e é dividida em dois capítulos: o tempo como narrativa e o tempo como história. Tanto a orelha do livro escrita por Luiz Costa Lima, orientador da tese, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 2003, que originou o livro, quanto o instigante e provocador prefácio de Hans Ulrich Gumbrecht não deixam dúvida de que o leitor está diante de uma obra inovadora. Enfim, trata-se de um livro que merece ser lido por todos que se interessam pela formação nacional brasileira e/ou pela história da historiografia. Vale notar ainda que os dois autores citados, junto a R. Koselleck, são grandes interlocutores da obra em questão.

Consideramos que as três importantes contribuições do livro de Valdeci Lopes de Araujo são: 1) um novo olhar sobre o personagem-síntese: José Bonifácio; 2) a aposta na descontinuidade para explicar e compreender a formação do conceito moderno de história no Brasil, na primeira metade dos oitocentos; 3) a reflexão sobre os lugares da história na nova nação, tendo em vista os efeitos e as interpretações do acontecimento fundador. Antes de adentrarmos em cada um desses três pontos, será apresentada uma breve cartografia do debate sobre o acontecimento *Independência*, a fim de colocar em diálogo a obra, ora resenhada, com algumas reflexões recentes. Procuramos, assim, construir experimentalmente uma “resenha híbrida”, uma mescla de resenha e artigo, com objetivo de não apenas apresentar o livro em questão, mas, sobretudo, de inseri-lo em alguns dos debates historiográficos atuais.

---

<sup>2</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008, p. 19.

## DIMENSÕES HISTORIOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS DE UM ACONTECIMENTO

Boa parte da historiografia, desde 1830, passado por Varnhagen,<sup>3</sup> considerou a criação do Estado unitário um “destino manifesto”. Porém, vários autores, como, por exemplo, Evaldo Cabral de Mello, mostram-nos que, “[...] se a Revolução Portuguesa de 1820 fazia previsível a mudança do *status quo* colonial, não estava escrito nas estrelas que ela desembocaria no Império do Brasil”.<sup>4</sup> De algum modo, o livro de Araujo demonstra que o acontecimento (e também o conceito) de *Independência* cria uma nova relação com o tempo, mas também é produto dela.

Como mostra Koselleck e, posteriormente a ele, Hartog, em fins do século XVIII, de algum modo, após a Revolução Francesa, o passado progressivamente deixa de iluminar o futuro (para retomar a importante frase de Toqueville).<sup>5</sup> O regime de historicidade antigo ou pré-moderno da história mestra da vida, no qual o passado “tiraniza” presente e futuro, dá lugar a um processo cheio de idas e vindas, as novas “tiránias”. No século XIX, a época das nações e dos nacionalismos será do futuro, do horizonte de expectativa, em que virá a luz para presente e passado. O presente estará “grávido” do futuro (para lembrar a importante frase de Leibniz).<sup>6</sup> Os atores políticos da Independência viveram de modo singular esse período, marcado pela emergência de uma nova forma de experimentar o tempo.

Para István Jancsón, até a implosão do império luso-brasileiro, em 1822, o mosaico de formações sociais, criados pela colonização do “continente do Brasil”, era constituído por lógicas políticas, moldadas de múltiplas realidades atadas em Lisboa. O Estado Português, era responsável pela harmonização das diferenças. A transformação dos conquistadores-colonizadores em colonos criou “problemas” que os homens nascidos na “América Portuguesa” procuravam resolver. Foi preciso, em curto espaço

---

<sup>3</sup> Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História da Independência do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

<sup>4</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 11.

<sup>5</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006; HARTOG, François. **Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.

<sup>6</sup> Ver, também, ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 96.

de tempo, substituir o conceito, segundo o qual o “Brasil” – e não os Brasis – fazia parte de um todo composto de partes diferentes, pela ideia de um corpo separado. Portugal deixava de ser “reino irmão” e se tornava “pátria mãe”. Assim, até a criação do Reino Unido, em 1816, a ideia de Brasil como síntese das partes era um projeto abstrato.<sup>7</sup>

Considera-se que a transferência da Corte, a elevação a Reino Unido, em 1817, em Pernambuco, as Cortes de Lisboa, o dia do Fico formam um emaranhado de “micro-eventos” que contribuíram para a consolidação de um macro-evento: a Independência.<sup>8</sup> Afinal, “a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizaram alternativas de seu futuro”.<sup>9</sup>

Carlos Guilherme Mota, na esteira de Caio Prado Junior e José H. Rodrigues, afirma que a Independência comporta uma dimensão “revolucionária” e “contra-revolucionária”. Conjuntos de possibilidades emergem antes e após a separação. Entre 1817 e 1850, vários “projetos de Brasil” poderiam ter sido formados e constituídos, sendo que “[...] uma consciência *propriamente nacional*, brasileira, somente pode ser captada na *historiografia que se define no fim dos anos 30 e início dos anos 40*”.<sup>10</sup>

A Independência pode ser, assim, considerada um acontecimento singular. Para Reinhart Koselleck, em torno de um acontecimento, há uma multiplicidade de níveis de temporalidade, de experiência e de conceituação. O evento é irredutível, pois ele é constituído por um “nó” de temporalidades atualizadas em um momento dado. Os acontecimentos são prisioneiros de um *antes* e de um *depois*, ligados à cronologia e empiricamente verificados. Mas essa dimensão deve dialogar com a dimensão estrutural e conceitual, porque os eventos e estruturas são, ao mesmo tempo, abstratos e concretos. É nesse entrecruzamento de durações que se ancora a dinâmica histórica dos atores que

---

<sup>7</sup> Cf. JANCSÓ, István. Independência, Independências. In: \_\_\_\_\_. **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

<sup>8</sup> Sobre esse ponto, ver MAXWELL, Kenneth. Porque o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000: a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000. p. 179-195.

<sup>9</sup> JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: *Ibid.*, p. 131-132.

<sup>10</sup> MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: *Ibid.*, p. 228. (Destaque no Original)

se movimentam em várias temporalidades, na maioria das vezes, não lineares.<sup>11</sup> O trabalho de Araujo caminha na mesma direção que a historiografia citada acima, mas acrescenta algo novo na medida em que procura capturar a multiplicidade de níveis de temporalidade, de experiência e de conceituação dos sentidos do acontecimento Independência conforme mostraremos nos próximos três itens.

### O PERSONAGEM-SÍNTESE: BONIFÁCIO

No processo dos “Brasis” se tornarem Brasil é importante destacar, entre outras possibilidades, a figura e a experiência de um ator: José Bonifácio. Ele, que não havia sido convidado a participar do ministério de D. João VI no Brasil, tendo-se em vista o argumento de que era “brasileiro”, é uma figura da Ilustração e, de alguma forma, expressa aspectos do jogo de temporalidades e conceituações que se entrecruzavam naquele período. Evaldo Cabral mostra que, no processo de Independência, José Bonifácio procurara evitar o debate da questão da soberania, pois



[...] no seu espírito, o Brasil preexistia às províncias, como dirá *O Tamoio*, gazeta andradista. Reatando com a tradição dos cronistas coloniais e da “ilha Brasil”, reformulada por estadistas portugueses do século XVIII, acerca da vocação incoercível da América portuguesa a constituir um vasto Império, tratava-se para José Bonifácio de dar forma política ao que chamava “esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata ao Amazonas, qual a formara a mão onipotente e sábia da Divindade”.<sup>12</sup>

Acredito, a partir do livro de Araujo, que essas concepções, desenvolvidas desde o século XVIII, relativas ao papel da América Portuguesa na tradição ocidental, podem ter sido apropriadas por Bonifácio, em boa medida, não mais com a finalidade de justificar a permanência de um passado. Se há um passado comum, ele é importante para a conformação da “nova nacionalidade”, mas essa “nacionalidade” deveria romper com o próprio passado colonial, em nome do futuro. Ao menos, é essa a impressão que temos, quando ao lermos os projetos apresentados por Bonifácio à Assembléia Constituinte: “integração dos índios na sociedade brasileira” e “abolição da escravatura

<sup>11</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. O trabalho de Araujo se aproxima muito das reflexões de Carlos Vesentini para quem a transformação do acontecimento em fato reduz a possibilidade aberta pela ruptura e acaba por construir uma determinada memória. VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>12</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 13-14.

e emancipação gradual dos escravos”. Entre outros apontamentos, Bonifácio afirma que “o mulato deve ser a raça mais ativa e empreendedora”; “com o pretexto de os fazermos cristãos (os índios), lhes temos feito e fizemos muitas injustiças e crueldades”. “Newton, se nascera entre os guaranis, seria mais um bípede, que pisara a superfície da Terra; mas um guarani criado por Newton talvez ocupasse o seu lugar”; “(o Brasil é) a única nação de sangue europeu que ainda comercia clara e publicamente em escravos africanos”. A nação requer um povo resultado de amálgama, e não um todo que se esfarele ao pequeno toque de uma nova convulsão política.<sup>13</sup> Como bem resume Kenneth Maxwell, J. Bonifácio havia advertido os contemporâneos “[...] sobre os efeitos negativos de longo prazo que o fracasso em lidar com a questão da escravidão e da reforma agrária traria para o futuro do Brasil”.<sup>14</sup>

A contribuição do livro de Valdeci Araujo está em perceber os conceitos que José Bonifácio opera, em especial, seu conceito de história. Levando em consideração a interpretação de Araujo, podemos dizer que Bonifácio sintetiza a tensão entre dois regimes de historicidade: o antigo (ou pré-moderno) e o moderno. Ele acaba por desempenhar um papel semelhante ao que Hartog atribui a Chateaubriand.<sup>15</sup>

Portanto, não é casual que Valdeci Lopes Araujo, ao refletir sobre a tensão entre o quadro conceitual herdado e a consciência de crise do mundo lusitano, escolha revisitar o personagem-síntese José Bonifácio. Mas, o importante é que o autor se detém nas discontinuidades dos discursos de Bonifácio. Segundo Araujo, “[...] pela trajetória política e intelectual de José Bonifácio de Andrada e Silva foi possível acompanhar a constituição e esgotamento dos modelos conceituais que permitiram pensar projetos sucessivos de restauração e regeneração de Portugal”.<sup>16</sup> O conceito de *restauração* é um indício de que havia, nessa concepção, a permanência de modelos cíclicos de entendimento do tempo. A Independência é uma espécie de acontecimento que detona a

---

<sup>13</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)*. In: \_\_\_\_\_. MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000: a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000, p. 221.

<sup>14</sup> MAXWELL, Kenneth. *Porque o Brasil foi diferente? O contexto da Independência*. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000: a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000, p. 185.

<sup>15</sup> Cf. HARTOG, François. **Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.

<sup>16</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 20.

aceleração do tempo, assim como a Revolução Francesa para a realidade europeia. José Bonifácio partiu do antigo quadro conceitual e rompeu com a possibilidade de “repetição” em direção a ideia de *regeneração*. Araujo afirma que, com o passar do tempo, para Bonifácio,

[...] o Novo Portugal não surgirá da *restauração* do velho Portugal, mas de sua *regeneração* no Novo Mundo [...]. Embora carregue ainda uma solução de compromisso entre o novo e o velho, o conceito de regeneração parece mais permeável ao movimento, assim como abre maior espaço para a inovação.<sup>17</sup>

A nova nação, portanto, não repetia o velho Portugal, cada vez mais longe do progresso moderno.

### A OPÇÃO PELA DESCONTINUIDADE

Ao que parece, na década de 1830, em especial após 1838, data da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi sendo construída uma concepção de história que enfatizava a continuidade em detrimento da ruptura. O importante, como mostra Motta, mas antes dele Sergio Buarque de Holanda, na década de 1830, era, em grande medida, construir a ideia de um Brasil “estável”, unido e denso.<sup>18</sup> Para Lúcia Guimarães, o IHGB, desde sua fundação em 1838, procurava construir a “memória” do novo país, a partir de um passado adequado às pretensões da monarquia. “Memória marcada pelo traço da continuidade, em que o Estado estabelecido em 1822 constituía-se no legítimo herdeiro e sucessor do Império ultramarino português”.<sup>19</sup> A partir daí já havia, portanto, pessoas responsáveis por apagar as possibilidades perdidas, abertas pelo acontecimento fundante. O tempo histórico (entendido como a relação entre continuidade e mudança, a partir das relações estabelecidas, num regime de historicidade, entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa) que se consolida como hegemônico é o tempo com ênfase nas permanências.

<sup>17</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008, p. 54-55.

<sup>18</sup> Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)*. In: \_\_\_\_\_. MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000**: a experiência brasileira. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000. Ver, HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **O Brasil monárquico**: o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. v.1, t. II.

<sup>19</sup> GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. *Historia geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico 2. São Paulo: SENAC, 2001, p. 96.

Tendo em vista esse debate, Araujo explora as descontinuidades entre a primeira e a segunda geração da Independência. Havia, nesse entretempo, outras possibilidades de temporalização. Tais projetos buscavam enfatizar, na teoria e na ação, rupturas, cortes na (des)ordem do tempo, “herdadas” do processo de colonização. Sendo assim, até que ponto é adequado afirmar que a concepção vitoriosa se apropria do “passado historiográfico” a fim de legitimar a ordem dominante, tal qual nós podemos intuir a partir da leitura do livro de Iris Kantor?<sup>20</sup>

Segundo a autora, ao longo do setecentos, surgiram sentimentos de identidades americanistas, sendo que as concepções sobre o passado adquiriram peso na definição dos horizontes de expectativa das elites locais. Surgiu, desse modo, um desejo de se escrever a história universal da América Portuguesa à maneira barroca, através da junção das memórias e das histórias particulares. Buscava-se, então, uma escrita da história que mesclasse a dimensão intelectual e política do passado. Nesse processo, destacaram-se duas Academias: a dos Esquecidos (1724) e a dos Renascidos (1759), criadas na cidade de Salvador e inspiradas na Academia Real de História Portuguesa (fundada em 1720). “Esquecidos e Renascidos produziram uma historiografia afirmativa de sua condição de naturais da América”.<sup>21</sup> Para tal, foi preciso mesclar a história sagrada e a história profana. O desafio era construir uma visão de singularidade, de continuidade temporal, de unidade territorial do processo de colonização. O discurso historiográfico produzido foi marcado por uma tensão fundadora: “[...] enxergar-se como parte do Império português, e, ao mesmo tempo, tender a ultrapassar-lhes as fronteiras simbólicas”.<sup>22</sup> Esse discurso mesclou, desse modo, empenho erudito com especulação teológico-política da história. Por meio de documentação informativa e memorialística, os agentes construíram

[...] uma estratégia discursiva de afirmação da identidade americana, uma resposta das elites intelectuais luso-americanas às reformas

---

<sup>20</sup> KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia luso-americana (1724-1759). São Paulo Hucitec, 2004. A escolha do livro de Kantor, ainda que um pouco aleatória, se dá em função das conclusões de seu importante livro. Algumas de suas conclusões podem ser vistas como um contraponto, mesmo que parcial, das teses defendidas por Araujo. Porém, para uma análise mais ampla seria preciso pensar o trabalho dessa autora e de Valdeci de Araujo em relação a teses recentes que utilizam o referencial de Koselleck para pensar os processos de historização e a emergência do conceito moderno de história ao longo do século XIX brasileiro. Sem deixar de lado, nessa análise mais geral, a contribuição de importantes reflexões anteriores, como, por exemplo, o livro de Ilmar Matos, *O Tempo Saquarema*.

<sup>21</sup> Ibid., p. 237.

<sup>22</sup> Ibid., p. 243.



pombalinas [...] produziram um conhecimento sobre o passado em que acentuaram as peculiaridades do processo de povoamento (mestiçagem), a unidade geográfica do território (mito da ilha-Brasil) e ilhas de continuidade temporal (o passado como profecia do futuro).<sup>23</sup>

Nesse sentido, a visão profética de Vieira era fundamental para mostrar que os naturais da colônia não eram inferiores aos europeus. Para Vieira, Portugal foi eleito para estabelecer o Império de Deus na Terra, sendo que, em seu projeto “salvífico”, o Novo Mundo tinha papel essencial. Os acadêmicos, assim, para construir essa visão positiva da natureza e da humanidade americana, precisavam ultrapassar as origens da nacionalidade portuguesa; era preciso um recuo à contagem bíblica do tempo. Por meio de narrativas de milagres e de vidas exemplares, a América participava, desde o dilúvio, da civilização. A linguagem teológica-política era, desse modo, “[...] um elemento de coesão ideológica nas relações entre a Coroa e o mundo colonial”,<sup>24</sup> pois transformava a América em sujeito e objeto da História Universal. Para Kantor, essa resistência ao desencantamento de mundo, proposto pelas luzes, permitiu que fossem conciliadas diversas formas da ideia de história universal: humanista, providencialista e ilustrada. Esses discursos permitiam, ao mesmo tempo, afirmar e superar os localismos regionais ao heroicizar as origens mestiças, projetar a unidade política do território americano e imaginar o passado como profecia do futuro: “[...] a elaboração da memória histórica dava sentido à aventura colonizadora, a experiência vivida transformava a passagem do Tempo em fronteira identitária”.<sup>25</sup> Nessa direção, Kantor conclui que, não sem razão, certa herança dessa historiografia (de temas, estilos e problemas) foi evocada na fundação do IHGB.<sup>26</sup>

Para Araujo, ao que parece, em discordância com a conclusão de Kantor, o projeto de uma escrita de uma “história-geral do Brasil”, levada a cabo pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao longo da década de 1830, representa “[...] uma decisiva descontinuidade conceitual em resposta às novas formas de experimentar o

---

<sup>23</sup> KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia luso-americana (1724-1759). São Paulo Hucitec, 2004, p. 244.

<sup>24</sup> Ibid., p. 246.

<sup>25</sup> Ibid., p. 248.

<sup>26</sup> Ibid., p. 249.

tempo, abertas com o processo de independência”.<sup>27</sup> Era preciso ocupar o passado por meio de interpretações do acontecimento fundador. Na década seguinte, para o autor,

[...] abriu-se um novo campo de experiência que estaria fadado a se tornar hegemônico a ponto de legitimar um discurso fundado na idéia de que havia um descompasso entre os conceitos básicos da tradição política liberal e ilustrada, herdada da geração da Independência, e a própria realidade em constituição.<sup>28</sup>

A nação se torna uma individualidade, uma singularidade. Ela não é mais apenas um conjunto de homens racionais: “[...] a forma de conhecê-la não poderia limitar-se a uma descrição exaustiva, mas sim incluir a compreensão de sua história”.<sup>29</sup> Quais seriam as nossas singularidades? Para dar conta dessa questão era preciso, portanto, que o passado perdesse seu caráter normativo e descritivo, tal como podemos perceber a partir de Bonifácio. Para o autor,

[...] com a historicização do conceito de civilização o Brasil é chamado a contribuir com o que teria de singular enquanto nação. Para isso, foram instrumentais as transformações no conceito de história universal que deixa de ser apenas a soma mecânica de histórias particulares para adquirir um campo de experiência próprio, para o qual deveria contribuir cada uma das nações modernas.<sup>30</sup>



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

## O LUGAR DA HISTÓRIA

Assim para Araujo, conceitos como: nação, civilização e literatura<sup>31</sup> são representativos dessa descontinuidade na experiência do tempo (ou da história), interpretada pelo pesquisador como a historização progressiva da realidade. O novo conceito de história oferece, dessa maneira, o conhecimento do passado e, ao mesmo

<sup>27</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008, p. 20.

<sup>28</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008, p. 21.

<sup>29</sup> Ibid., p. 186.

<sup>30</sup> Ibid., p. 105.

<sup>31</sup> Tendo em vista as especificidades do argumento aqui apresentado, deixo de lado o que poderia ser considerado uma quarta contribuição do livro de Valdei Araujo: o lugar da literatura para a afirmação da singularidade nacional. Cabe à historiografia se apropriar do passado colonial a partir do “evento organizador”: a *Independência* (p. 156), ao passo que cabe à literatura expressar a “cor local”. Vale citar as conclusões do autor: “[...] o entendimento das letras como consequência e produto da ação do homem racional, ou seja, do cidadão, é abandonada em favor de uma compreensão da literatura como produção do gênio e expressão singular de uma nacionalidade. Como parte mais visível e permanente da história de uma nação, a literatura assume o papel de ‘cápsula do tempo’ da nacionalidade, lugar no qual, mediante procedimentos da história da literatura, uma imagem da identidade nacional poderia ser obtida”. (Ibid., p. 186.)

tempo, novas formas de compreensão da realidade. Daí, as demandas para a constituição da história como campo disciplinar autônomo, o que explica a rápida institucionalização que a história teve em nosso país. Afinal, “[...] o destino da nação, sua identidade e legitimidade, a vida política, o lugar individual, todas essas questões pareciam exigir respostas históricas”.<sup>32</sup> Dessa forma, houve “a desqualificação política e cultural progressiva do discurso liberal ilustrado fundado em conceitos universais como razão e liberdade”.<sup>33</sup> Mas, é preciso dizer que, para o autor, o acontecimento *Independência* é a brecha que possibilita uma abertura epistemológica: “um evento a partir do qual todo o passado colonial pode ser compreendido como a formação da nacionalidade”.<sup>34</sup>

A ênfase na singularidade do presente implicou, na visão do autor, representar os eventos como fragmentos de uma totalidade dinâmica que não era mais percebida como um sistema, tal qual pensava Bonifácio. Mas, sobretudo, significava decifrar, a partir de fragmentos históricos, o sentido da história nacional. Para evitar os desafios da subjetividade, “a positividade dos fatos é transformada em único critério de verdade”.<sup>35</sup> Assim, para a primeira geração do acontecimento *Independência*, o levantamento de fatos é um procedimento suficiente, ao passo que, para a segunda geração ele, é regulador:

[...] nos anos iniciais do IHGB foi possível notar a tensão entre as demandas por um levantamento exaustivo dos fatos herdeira de uma concepção de história ligada à crônica e à cronologia, e uma compreensão hermenêutica e narrativa que, mesmo dependente do estabelecimento factual, exigia uma abordagem seletiva e hierárquica dos eventos.<sup>36</sup>

Essa busca de sentido era casada com a tentativa de monumentalização do presente finito. O *Necrológio* de Francisco Adolfo de Varnhagen, escrito por Capistrano de Abreu, em 1878, mostra-nos claramente que a referida tensão atravessou a historiografia oitocentista. Não sem razão, Araujo aponta que o conceito de evolução só se torna dicionarizado em 1877-1878. Para o autor, “[...] é apenas pelo conceito

---

<sup>32</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008, p. 187.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> Ibid., p. 155.

<sup>35</sup> Ibid., p. 187.

<sup>36</sup> Ibid.

histórico de evolução que os vestígios de um tempo cíclico poderão ser substituídos por uma compreensão acumulativa e linear da história das civilizações”.<sup>37</sup> Nessa direção, Valdei Araujo afirma que, na primeira metade do século XIX, “havia ainda certo descompasso entre as novas experiências do tempo, como produtor de singularidade, linear e progressivo, e a herança multissecular de um tempo cíclico”.<sup>38</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez, possamos dizer que a descontinuidade na experiência do tempo entre a geração da Independência e os homens que tentaram construir a nação brasileira representa também um processo de apagamento e silenciamento de outras possibilidades de escrita da história, assim como da construção de outros *Brasis*. Os conceitos criados e reelaborados para dar conta do novo, de algum modo, criam uma nova relação com a temporalidade, que, por sua vez, contribuiu para a reestruturação de antigas estruturas de dominação, em especial, a escravidão.

Como nos lembra o texto que apresenta a coleção Estudos Históricos da editora Hucitec, presente na quarta capa do livro *A Experiência do Tempo*, “conhecer o passado é a única maneira de nos libertarmos dele, isto é, destruir os seus mitos”. A reflexão de Valdei de Araujo nos ajuda a pensar melhor de qual passado é preciso se libertar.

Tendo em vista essas considerações, surge outra pergunta: quais foram os projetos não-realizados pela Independência? Entre outros, poderíamos dizer, retomando os argumentos de Bonifácio a partir de nosso vocabulário: os projetos de justiça social, igualdade, reforma agrária, autonomia regional... Como se vê, questões ainda abertas pelo “acontecimento fundador” do que veio a ser a nação brasileira. Reconstruir e explicar essa história, tal qual o faz Valdei Araujo, ajuda-nos sobremaneira a compreender “[...] uma parte indispensável, ainda que confusa, daquela mistura indispensável e confusa de arte e ciência: a história moderna”.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 184.

<sup>38</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008, p. 188.

<sup>39</sup> GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: PAPIRUS, 1998, p. 191.